

«.. et idcirco vocatum est eius [civitatis] Babel, quia ibi confusum est labium universae terrae» (*Genesis*, 11.9). Conta aqui o *Livro do Génesis* como, depois do dilúvio, vindo os homens da parte do Oriente e encontrando a planície de Shinaar, aí se fixaram, decidindo construir uma cidade e uma torre. E assim fizeram. Mas Yahveh, vendo como os filhos de Adão haviam levado a cabo o empreendimento de forma tão concertada, decidiu dividi-los, confundindo-os confundindo as suas linguagens, «ut non audiat unusquisque vocem proximi sui».

A disparidade das linguagens é, no entanto, a fonte do saber livre e fecundo porque ousado, problema que uma outra grande tradição cultural pelas letras feita e até nós chegada — a cultura grega -- plasmou no mito de Prometeu.

Se Yahveh não houvesse confundido os homens quebrando a unidade da língua, para que serviriam as bibliotecas, com os seus livros e documentos, os catálogos, os ficheiros, as remissões, as classificações que orientam os leitores na teia dos saberes tão diversificados? Numa comunidade toda idêntica, como a das formigas, tudo estaria unanimemente previsto desde a fundura dos tempos, tudo seria norma estipulada e programada. E então, de balde o deus Teuth teria vindo oferecer a Tamos, rei dos Egípcios, essa nova arte da escrita, que haveria de ser o «remédio da memória e da sabedoria», conforme o mito que a voz de Sócrates narra no final do *Fedro* platónico (274 e - 275 c). Considerava esta voz que a desconfiança de Tamos diante da invenção de Teuth não era descabida, porque a escrita oferecia aos estudiosos mais uma «aparência de sabedoria» do que «a verdade, já que, recebendo, graças a ti [Teuth], grande quantidade de conhecimentos, sem necessidade de instrução, considerar-se-ão muito sabedores, quando são, na sua maior parte, ignorantes; são ainda de trato difícil, por terem a aparência de sábios e não o serem verdadeiramente». Com razão Fedro logo comentou assim esta parte final do discurso de Sócrates:

«Ó Sócrates, com que facilidade inventas histórias egípcias e de qualquer outro país que queiras!» (*Trad. de José Ribeiro Ferreira*).

Ora nas bibliotecas conserva-se a escrita, um dos remédios para a memória e a sabedoria, como queria o deus egípcio. Razão tinha João de Barros, ao escrever no «Prólogo» da *Década Primeira da Ásia* que as letras eram, sem dúvida, «um divino artifício», provavelmente mais «por Deus inspirado» do que por algum homem inventado. Por «este modo de elocução artificial de letras», «tão espiritual em hábito de perpetuidade, [...] no fim do mundo tão presentes serão àqueles que então forem nessas pessoas ditos e feitos, como hoje per esta custódia literal é vivo o que fizeram e disseram os primeiros que foram no princípio dele».

Se, por isso, das letras podia dizer Barros que são «conservadores de todas as obras», então poderemos nós também considerar que a biblioteca, como «custódia» dos livros, é o lugar daquela «frequentação» que, ao longo da história, permitiu que o «fruto» dos «actos humanos» fosse tão «diferente do fruto natural que se produz da semente das cousas»...

Como «custódia», a biblioteca conserva e torna vivo esse «fruto» da arte dos homens que é o seu saber (ou melhor, os seus saberes), não em luras subterrâneas, mas em torre bem elevada, sem temor da ira de Yahveh, ajudando a assegurar a variedade das línguas, para que os homens não se sintam confusos na diversidade das suas linguagens, *ut liberi, quia liberales et litteris eruditi, sint*.

*Jorge Alves Osório*